

ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

João Pedro Tavares Damasceno¹
Ronaldo Rosa dos Santos Junior²
Arnaldo Cardoso Freire³
José Maria Baldino⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo dos dilemas existentes entre o desenvolvimento econômico e o uso dos recursos naturais nos países Amazônicos. Para tanto será realizado um levantamento de dados sobre a biodiversidade, a população e a hidrografia, dessa região tão preciosa em âmbito mundial e latino-americano. No decorrer do artigo será feita uma contextualização geopolítica para que se possa entender o processo de formação da região e ainda uma apresentação dos primeiros tratados e posição dos países desenvolvidos e os em desenvolvimento quanto à redução de exploração dos recursos naturais na Amazônia. Observou-se a partir dos dados coletados que é preciso impulsionar a criação de mecanismo que promovam a desenvolvimento da região em consonância com a preservação de seus recursos naturais.

Palavras-chave: Amazônia; Desenvolvimento Econômico; Recursos Naturais;

¹ Mestre em Ciência Política (UFG/2014), Bacharel em Ciências Econômicas (UFG/2013), Bacharel em Relações Internacionais (PUC Goiás/2010) e Técnico em Meio Ambiente (IFG/2006). Professor Adjunto da Faculdade Araguaia.

² Doutor em Educação PUC – GO (2016), Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, Bacharel em Administração (Cambury) e em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás. DP CNPq Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais.

³ Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC-GOIAS (2014). Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Goiás (1982). Atualmente é diretor geral da Faculdade Araguaia e professor de Gestão Ambiental da Faculdade Araguaia.

⁴ Sociólogo, Doutor em Educação, Prof. Titular PUC Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades-Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Educação, LP Educação, Sociedade e Cultura, DP CNPq Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais.

INTRODUÇÃO

Detentora de aproximadamente 7,5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia⁵ é uma região compartilhada por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname e pelo território da Guiana Francesa (SOUZA, 2001, p. 15). Além de ser uma unidade geográfica, a Amazônia é o berço de uma extraordinária diversidade de plantas e animais. “Trata-se, provavelmente, da maior “fronteira de recursos naturais” do planeta, devido ao seu imenso potencial energético e mineral e à sua incalculável riqueza biológica”. (ARAÚJO, 2007, p. 133)

Em nível mundial, a bacia amazônica tem a seguinte importância: representa 40% do continente sul-americano e 5% da superfície terrestre; possui 20% da água doce disponível no mundo, é a terceira parte das florestas latifoliadas⁶, e detêm 1% da biota e o maior banco genético do planeta. (OTCA, 2007, p. 29)

Fenzl (2007) afirma que:

Os limites da Amazônia estão ainda longe de serem claramente definidos. Atualmente se trabalha com três maneiras de aproximação: a) a mais simples é a definição dos limites hidrográficos da Bacia. Por este ponto de vista, somente pequenas partes da Guiana e do Suriname pertencem de fato a Amazônia; b) do ponto de vista do bioma amazônico a Guiana e Suriname poderão ser considerados 100% amazônicos; e finalmente; c) do ponto de vista político, cada país define sua região amazônica através de critérios de políticas internas. (FENZL, 2007, p. 02)

Tabela 1 – Área Amazônica nos Territórios Nacionais

Países	Território Total do País em Km² (a)	Área Amazônica no Território Nacional em Km² (b)	Porcentagem da Amazônia no Território Nacional (b) / (a)	Porcentagem do Território Amazônico Nacional na Região Amazônica Total
Bolívia	1.098.581	824.000	75,01 %	10,85 %
Brasil	8.511.965	4.988.939	58,61 %	65,72 %
Colômbia	1.138.914	406.000	35,65 %	5,35 %
Equador	270.600	123.000	45,45 %	1,62 %

⁵ O nome Amazonas foi dado inicialmente ao rio que corta a planície. Porém, tantas são as peculiaridades, diferenças e semelhanças entre as diversas conformações regionais, que o vale banhado pelo rio-mar acabou recebendo o nome de Amazônia, território multinacional e pluricultural. (SOUZA, 2001. p. 15)

⁶ Florestas dotadas de folhas largas. FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Guiana	215.083	5.870	2,73 %	0,08 %
Guiana Francesa	91.000	91.000	100,00 %	1,20 %
Peru	1.285.215	956.751	74,44 %	12,60 %
Suriname	142.800	142.800	100,00 %	1,88 %
Venezuela	912.050	53.000	5,81	0,70 %
TOTAL	13.666.208	7.591.360	-	-

Fonte: PIEDRA-CALDERÓN, Andrés Fernando. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a Consolidação do Processo de Integração Sul-Americano**. Mestrado (Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 59.

É importante ressaltar que a Bacia Amazônica representa uma imagem geográfica particular para cada estado portador de parcela desta região natural. Dessa forma, como analisa Mattos (1980):

A Amazônia não simboliza o mesmo espaço geográfico para todos os povos, pois quando o brasileiro, venezuelano, colombiano, peruano, boliviano, ou outro que pertença a um dos países amazônicos se refere à Amazônia, está falando na sua Amazônia nacional. (MATTOS, 1980, p. 84)

Bertha Becker (1998), geógrafa pesquisadora da geopolítica da Amazônia, afirma que:

As regiões não são entidades autônomas. Pelo contrário, configuram-se a partir das diferenças que apresentam em relação às outras e do papel diferenciado que exercem no conjunto da sociedade e dos espaços nacionais. (BECKER, 1998, p. 08)

Figura I – Mapa da Pan-Amazônia



Fonte: SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e a Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), 2004. p. 32.

Estimativas atuais da biota⁷ do planeta apontam para a existência de cerca de 1,75 milhão de espécies, que incluem, entre outras, 4.500 de mamíferos, 10.000 de aves, 1.500 de répteis e anfíbios, 22.000 de peixes, 270.000 de plantas e mais de 900.000 de insetos. (FILHO, 2006, p. 70)

O rio Amazonas drena mais de sete milhões de quilômetros quadrados, despejando no mar uma média de 200.000 metros cúbicos de água por segundo (FILHO, 2006, p. 51). Em volume de água, é o mais caudaloso da terra, quatro vezes mais que o rio Congo (segundo) e dez vezes o rio Mississipi. Na época das chuvas, 300.000 metros cúbicos de água por segundo deságuam no oceano Atlântico. A complexa rede hidrográfica do rio Amazonas constitui uma importante ligação entre os países da bacia e destes com os outros países sul-americanos que não fazem parte da bacia. (BECKER, 2007, p. 43)

Dizer Amazônia é falar sobre potencialidades diversas, entre as quais se mencionam as riquezas que contém, tanto aquelas que abundam em seu solo, como a qualidade de seu ar, o verdor da floresta, que quase parece infinita, mas que sabemos frágil, ante o mau uso que costumamos dar-lhe. (SERRANO, 2006, p. 87 – 88)

Em se tratando de seus recursos naturais, ao longo dos séculos, sobretudo a partir do final do século XIX, a Amazônia forneceu a matéria prima vegetal indispensável a inúmeras aplicações farmacêuticas, abasteceu a indústria da borracha natural e “supriu a indústria do couro com milhões de peles de felinos, crocodilídeos e nutrias” (OTCA, 2007, p. 33). Atualmente, peixes, madeiras, ouro, petróleo, gás natural, energia elétrica, ferro e outros minerais são extraídos da bacia do Amazonas para abastecer os mercados internos de seus países e para comercializar globalmente.

De acordo com Becker (1998):

Espaço e posições da Amazônia, historicamente, tornaram-na extremamente atraente e ao mesmo tempo inacessível. Seu valor econômico e estratégico é transparente na tese da sua internacionalização que surge ciclicamente com diferentes projetos. Só recentemente, contudo, se desencadeou a ocupação rápida e sistemática da região, por forças nacionais e internacionais. (BECKER, 1998, p. 09)

Em termos econômicos, estima-se que, a médio prazo, o desenvolvimento das indústrias farmacêutica, de alimentos, mineração e metalurgia, da extração de hidrocarbonetos fósseis, da agricultura, da pesca e do ecoturismo, entre outros setores, gerará mais de três bilhões de dólares por ano na bacia.

⁷ Conjunto de seres vivos de um ecossistema, o que inclui a flora, a fauna, os fungos e outros grupos de organismos.

A realidade da região amazônica diz-nos que possui enorme potencial florestal, rico em biodiversidade; que tem sido ocupada por ciclos de exploração dos recursos naturais, sem maiores preocupações por sua conservação; que existem na zona dificuldade logística reconhecidas, elevados custos de produção – se nos atermos às regras do mercado tradicional – e uma dispersão de espécies, fruto de sua extraordinária biodiversidade. (SERRANO, 2006. p. 99)

O povoamento da Amazônia pode ser explicado a partir de uma análise geopolítica e econômica. Desde o tempo colonial a Coroa Portuguesa não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em “surto ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência”. (BECKER, 1996, p. 01)

De acordo com Becker (2007), essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempos diferenciados.

Tabela 2 – População Amazônica

Países	População	Porcentagem na Região
Bolívia	4.221.223	13,87%
Brasil	21.056.532	69,17%
Colômbia	643.147	2,11%
Equador	548.419	1,80%
Guiana	697.286	2,29%
Guiana Francesa	157.213	0,52%
Peru	1.380.583	4,54%
Suriname	450.200	1,48%
Venezuela	1.285.310	4,22%
TOTAL	30.439.913	-

Fonte: PIEDRA-CALDERÓN, Andrés Fernando. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a Consolidação do Processo de Integração Sul-Americano.** Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 59.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro.

Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana. (BECKER, 2007, p. 02)

Hoje, o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É necessário o uso controlado das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos. (BECKER, 2007, p. 72).

Com as resistências regionais, os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra, é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes, contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento.

Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social.

Segundo Becker (2007):

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território. (BECKER, 2007, p. 21)

Desenvolvimento Econômico na Amazônia

O desenvolvimento econômico na Amazônia teve duas caras bem definidas e diferentes: “a colonização e ocupação promovida por políticas de Estado, e a colonização espontânea das imediações dos projetos de infraestrutura ou ocupação de terras devolutas” (OTCA, 2007, p. 80). A

primeira consistiu no desenvolvimento de projetos rodoviários, hidrelétricos e de mineração, que necessitavam de mão de obra, e atraiu imigrantes à procura de oportunidades de emprego. As rodovias tiveram um papel fundamental nesses processos: além de possibilitar os projetos de mineração ou as usinas hidrelétricas, geraram por si só fluxos de comunicação, movimentos migratórios e aceleraram os intercâmbios comerciais.

Com a construção de rodovias e a execução de projetos energéticos e de mineração surgiram assentamentos de médio e grande porte, configurando na Amazônia um desenvolvimento urbano em boa medida dependente de mercadorias, alimentos e energia trazidos de fora.

Atualmente, encontra-se em andamento a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁸, subscrita por vários países, com o objetivo de interconectar as redes viárias, fluviais, energéticas e de telecomunicações de todos os países da Região, inclusive da Amazônia, em virtude de sua localização no centro da América do Sul. (OTCA, 2007, p. 81)

“A enorme diversidade biológica e cultural da região amazônica constitui um capital essencial para o bem-estar do ser humano, tanto em nível local, regional como global” (OTCA, 2007, p. 81). A conservação desta diversidade e dos serviços dela derivados constituem um dos grandes desafios enfrentados pelos países incluídos, total ou parcialmente na região.

No plano internacional, ao falar da Amazônia deve-se remeter ao período da Guerra Fria na década de 1970, quando o conflito bipolar perdeu sua intensidade, e questões que marcaram o pós-guerra Fria, como o meio ambiente e os direitos humanos, começavam a aparecer na pauta global.

Em 1972 ocorreu a primeira Conferência da ONU sobre o meio ambiente, em Estocolmo, depois da publicação do relatório do Clube de Roma, em 1970. No encontro de Estocolmo, a emergência da ecologia como pauta da agenda global traz uma nítida divisão entre os países mais e menos desenvolvidos (LE PRESTE, 2000, p. 243). Os países mais ricos adotaram uma postura mais preservacionista. Seu argumento baseava-se na ideia de que os benefícios nacionais e de curto prazo, da exploração dos recursos naturais, não podiam ignorar os custos globais de longo prazo dessa mesma atividade. Por sua vez, as nações mais pobres reivindicaram o reconhecimento do direito ao desenvolvimento, além de alegarem que a pobreza é uma das principais causas da degradação

⁸ A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) corresponde a uma iniciativa dos doze países sul-americanos, que tem por finalidade a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, de forma sustentável e equitativa, através da integração física destes países. A IIRSA surgiu efetivamente a partir de uma reunião dos doze Chefes de Estado, ocorrida em agosto de 2000, na cidade de Brasília. Nesta ocasião, aprovou-se a realização de ações conjuntas para se impulsionar o processo de integração política, econômica e social da América do Sul, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas.

ambiental, de forma que a preocupação ambiental deveria levar a uma real contribuição com o combate às desigualdades no plano global (LE PRESTE, 2000, p. 274).

Os países amazônicos, em sua maioria, estavam empenhados em programas de desenvolvimento das respectivas Amazônia. O discurso adotado por eles era de que “a defesa da preservação ambiental era uma forma de impedir o crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, mantendo assim a estrutura econômica global” (ANTIQUERA, 2006, p. 54).

Outro ponto de divisão de interesses foi sobre o alcance e os limites da soberania nacional. De um lado, os países mais desenvolvidos sustentavam que a exploração da natureza em um país pode gerar efeitos para outros, de forma que a soberania nacional não deveria impedir um certo controle internacional das políticas internas que tenham possíveis consequências ecológicas. Essa concepção permitiu o surgimento da ideia de que algumas áreas deveriam ficar sob controle internacional. Os países menos desenvolvidos se opõem a qualquer limitação da soberania e defendem o direito exclusivo de exploração dos respectivos recursos naturais. Uma derivação da controvérsia está materializada na discussão sobre o princípio da consulta prévia, segundo o qual um país não poderia agir unilateralmente na exploração de recursos que envolvem outros países (como no caso de rios transfronteiriços, por exemplo). Seria necessário um entendimento com o vizinho envolvido, ainda que as iniciativas fossem exclusivamente nacionais. Nesse contexto, “a Amazônia ganha grande importância no debate internacional, e há, inclusive, participantes da conferência que propõem a internacionalização da região” (ROMÁN, 1998 *apud* ANTIQUERA, 2006, p.55).

Outro fator determinante da conjuntura latino-americana na década de 1980 é a crise da dívida externa. Os grandes projetos desenvolvimentistas tiveram um alto custo, e foram financiados por empréstimos com taxas de juros flutuantes. Com a política de Reagan de elevar a taxa de juros, a dívida multiplicou-se drasticamente.

Por volta de 1989, o total da dívida latino-americana já alcançava 420 bilhões de dólares e somente o serviço da dívida, já tinha transferido para o exterior 150 bilhões de dólares entre 1982-1987. Cerca de 40% dos ganhos latino-americanos no comércio exterior se destinavam ao serviço da dívida, isto é, ao manter o principal da dívida nos patamares atuais. Ocorrendo exatamente num momento em que declinavam os preços dos produtos de exportação da região e caíam as taxas de investimento produtivo, o crescimento astronômico da dívida passou a constituir um dos mais graves elementos de perturbação social do continente. (MOURA, 1992, p. 136-137).

A grave situação econômica também levou os países a voltarem-se para seus problemas internos, além de ter gerado um certo questionamento sobre a utilidade de articulação entre parceiros enfraquecidos e com economias bastante parecidas. O que os latino-americanos precisavam de fato

era de um apoio substancial dos países desenvolvidos, notadamente dos maiores credores. (ANTIQUERA, 2006, p. 104)

Es importante destacar la falta de compromiso financiero vinculando un mínimo de recursos de los presupuestos nacionales a la actuación de los gobiernos en la región amazónica. Una excesiva dependencia de flujos financieros de los países desarrollados, como aquella que ha ocurrido en muchos proyectos, inhibe una visión de desarrollo basada en las peculiaridades y necesidades locales. Esta dependencia resulta en imposiciones que descaracterizan las prioridades. Además, la precariedad de la infraestructura local y los bajos salarios pagados a los técnicos o investigadores inviabilizan la realización de muchos proyectos. (MARCOVICH, 2003 apud ANTIQUERA, p. 141)

Portanto, a aproximação entre os vizinhos latino-americanos visa aumentar as chances de serem ouvidos no cenário mundial, mais do que, por soma de esforços, resolver as questões internas. Isso quer dizer que a associação regional tinha objetivos extra regionais: era a formação de um coro para falar mais alto, mas não de um mutirão para arrumar a desordem.

Considerações Finais

A Região Amazônica necessita de estratégias e ações de grande alcance no sentido de desenvolver a região em consonância com os interesses dos países amazônicos e de criar mecanismos capazes de lidar com as realidades existentes, facultando a ação integrada e coordenada de instituições governamentais e não governamentais.

As políticas e estratégias adotadas pelos governos amazônicos para o desenvolvimento da região são tentativas plausíveis, porém cada país tem um grau de vontade diferente na resolução dos problemas e modos diferenciados de enfrentar as dificuldades, de trabalhar com escassos recursos e utilizá-los da melhor maneira na região. É desejável unir políticas e estratégias governamentais de desenvolvimento em comum acordo, a união fortalece e reforça a soberania individual de cada um dos países.

Cabe aos governantes a vontade política para a condução de ações comuns que contemplem o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações, assegurando a preservação e a soberania dos recursos ambientais, pois o desenvolvimento da Amazônia deve ser pautado em bases científicas e tecnológicas, em consonância com as realidades regionais, respeitando o meio ambiente e os limites fronteiriços legitimamente traçados.

Com mais ação política dos governos dos oito países, é possível promover uma integração regional, com base em novas iniciativas, medidas, programas e projetos estratégicos nos campos

político, econômico, social e militar para impulsionar o desenvolvimento (sustentável) da região, contribuindo, assim, de forma concreta e eficiente, para a segurança hemisférica e para a consolidação da região amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTIQUERA, Daniel. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização Internacional (1978 – 2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006.
- ARAÚJO, Regina Célia. **Geografia**. Brasília: FUNAG, 2007.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BECKER, Bertha K. Significado geopolítico da Amazônia: elementos para uma estratégia. In: PAVAN, Crodowaldo (Coord.). **Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial/Editora Unesp, 1996.
- FENZL, Norbert. **Governança, Integração e Meio Ambiente na Amazônia - Série Universidade e Meio Ambiente**. Belém: NUMA/UFPA, 2007.
- FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FILHO, João Carlos Meirelles. **O Livro de Ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: SENAC, 2000.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1980.
- MOURA, Gerson. América Latina às Vésperas do Século XXI. In.: VIZENTINI, Paulo. (Org.). **A grande Crise - A Nova (Des)Ordem Internacional dos Anos 1980 aos 1990**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- OTCA. **Expedição Caminhos de Orellana: A OTCA e a Juventude**. Quito: El Conejo, 2007.
- PIEDRA-CALDERÓN, Andrés Fernando. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a Consolidação do Processo de Integração Sul-Americano**. Mestrado (Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SERRANO, Rosália Arteaga. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Um Desafio Permanente**. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política – nº 04, Abril/Junho, 2006 – Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p. 86 – 100.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), 2004.

SOUZA, Márcio. **Breve Histórico da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

Recebido em 29 de junho de 2015.

Aprovado em 20 de julho de 2015.